

Governo desaquecerá economia

Brasília — Ao concluir as discussões sobre a renegociação da dívida externa, em Nova Iorque, o governo tratará de esquecer a euforia que tomou conta do país, a partir de outubro do ano passado, e começará a desaquecer a economia, de forma gradual, através de um controle mais efetivo sobre a política monetária.

Essa impressão foi recolhida nos escalões intermediários do Banco Central, principalmente entre a equipe encarregada de executar a programação financeira. Segundo comentários de técnicos do governo, o crescimento econômico, em 1986, será limitado a 6%, abaixo, portanto, dos 8% de 1985.

Dentro do Banco Central, apesar da pouca importância que a atual equipe econômica dá à moeda, continua a existir um alto grau de preocupação com relação ao descontrole monetário. Em novembro, por exemplo, a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) ficou em 25,4%. Como se isso já não fosse suficiente, dezembro emplacou um resultado mais desastroso ainda: 34%. Como a inflação, em janeiro, ficará em torno dos 14%, já se começa a especular, dentro do BC, sobre a explosão da base monetária neste final de mês.

Segundo especialistas da área monetária, não se pode fugir de uma realidade: crescimento da moeda produz mais inflação. Na opinião desses técnicos, essa é uma verdade econômica, mesmo que não se aprecie o monetarismo ortodoxo.

No raciocínio dos especialistas, o governo da Nova República foi obrigado a esperar passar o Natal e a renegociação dos compromissos externos, para enfrentar de forma mais corajosa o problema monetário. As fontes lembraram que, no documento encaminhado ao FMI, o governo menciona uma expectativa de 160% para a inflação este ano, mas faz questão de ressaltar que é fundamental manter o crescimento econômico.

Esse detalhe é o nó de toda a questão e o presidente do BC, Fernando Bracher, gastou mui-

ta saliva para tentar mostrar ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, de que modo o Brasil pretende conciliar crescimento econômico com o saneamento da área monetária.

O desaquecimento da economia, de qualquer modo, ainda encontra resistências dentro do governo, segundo funcionários do Banco Central principalmente entre dois dos principais assessores do ministro Dilson Funaro: Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello. Eles são os mais identificados com o PMDB e, por consequência, permanecem avessos às restrições que outros segmentos governamentais consideram inevitáveis.

Belluzzo e João Manoel segundo os mesmos funcionários, têm reiterado que, como 1986 é um ano de eleições, não é conveniente, do ponto de vista dos resultados, que a Aliança Democrática (e principalmente o PMDB) pretenda atingir, em novembro, apertar demasiadamente as torneiras que fazem jorrar o dinheiro público.

No meio de tudo isso, está a política do governo para o mercado aberto, já que o déficit público pode ser, em parte, aliviado através da busca de dinheiro no mercado, reduzindo-se as emissões. Entretanto, essa tentativa, se alivia o trabalho da guitarra da Casa da Moeda, aumenta as taxas de juros, pois o BC tem necessidade de jogar mais títulos públicos no mercado. E taxa de juros mais alta também alimenta a inflação.

É uma verdadeira "sinuca de bico", que deve deixar o pessoal do FMI arrepiado. No Banco Central, contudo, os técnicos continuam trabalhando com números que indicam um arrefecimento da inflação, graças às restrições que pretendem impor. Para fevereiro, por exemplo, a inflação estimada por técnicos do BC, segundo documento confidencial, é de 8,5%, número inteiramente diverso do que se tem no Ministério da Fazenda, que prevê uma taxa de, no mínimo, 10%. Se a previsão for correta, março emplacará um percentual de 8%, enquanto abril fechará com 7,5%.